

PLANO INDÚSTRIA 10+

Desenvolvimento produtivo, tecnológico e social

Proposta do Macrossetor Indústria da CUT para o Debate

O **Plano Indústria 10+** é um conjunto de diretrizes e propostas do movimento sindical para a elaboração de políticas, programas e ações relativos à indústria nacional brasileira para os próximos 10 anos. O plano foi concebido a partir da perspectiva dos trabalhadores e está articulado com o projeto de desenvolvimento econômico e social que busca a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, com redução das desigualdades e distribuição de renda, que seja ambientalmente sustentável e considere as necessidades e potencialidades das diferentes regiões do país.

A desindustrialização brasileira é um processo que se inicia na década de 1980 e vem se agravando desde 2015, em decorrência da crise econômica e institucional que se instaurou no país, resultando em queda mais acentuada da participação da indústria no PIB (Produto Interno Bruto) nacional, com aumento recorrente de importações, elevação do *déficit* comercial, aumento da participação de produtos industriais menos sofisticados e desnacionalização de cadeias produtivas. Como principais causas desse processo podem ser apontadas a ausência de coordenação do Estado, a incapacidade da iniciativa privada de articular um desenvolvimento industrial de longo prazo, as políticas macroeconômicas desfavoráveis e as falhas institucionais, entre outros.

O Brasil já se posicionou entre as principais economias industriais do mundo, resultado de cinco décadas de políticas de Estado indutoras do modelo de desenvolvimento baseado na industrialização, com a articulação entre instrumentos de proteção à atividade industrial, crédito orientado à produção local, medidas tributárias de comércio exterior, desenvolvimento e transferência de tecnologia. Enquanto um dos países mais populosos do planeta e principal economia da América Latina, um dos objetivos do plano é recuperar a capacidade de produção da indústria brasileira, tomando os próximos 10 anos como o “momento de virada”, com a adoção de medidas que recoloquem o país entre os maiores fabricantes industriais do planeta.

Dentre todas as atividades econômicas, é a indústria que tem maior capacidade de alavancar outros setores, já que cria e recria produtos, insumos, tecnologias e processos, além de ter potencial expressivo de geração de empregos diretos e indiretos, incluindo a criação de ocupações mais qualificadas. A deterioração dessa capacidade - em função da degradação da atividade industrial ou de processos de desindustrialização - tem efeitos negativos na economia como um todo, como já se percebe no período mais recente. A redução da atividade industrial no país causou estreitamento cada vez maior do espaço para a construção de um projeto de desenvolvimento econômico que permita avanços sociais e redistribuição de renda, de forma soberana e sustentável.

Por isso, o processo de retomada da indústria deve dialogar diretamente com as demandas urgentes da população brasileira, garantindo o provimento e a soberania produtiva de bens e serviços necessários para elevação do padrão de vida. A industrialização por missões sociais é eixo estruturante desse plano e ressalta que a industrialização não é um fim em si mesma, mas um meio para conquista do desenvolvimento social amplo e caso a iniciativa privada não seja capaz de instaurar as bases produtivas para o avanço da indústria, seja por baixo retorno de capital ou por conta da baixa capacidade de investimento, cabe ao Estado brasileiro arcar com as responsabilidades de atender as demandas da população. O empreendimento estatal direto deve ser considerado como possibilidade de industrialização em setores chaves que promovam o transbordamento tecnológico e a conexão de cadeias produtivas desarticuladas.

É primordial que a indústria contribua para a promoção do desenvolvimento econômico e social do país. Uma política industrial, no contexto de rápidas e profundas inovações, bem como da transição acelerada para um novo padrão de desenvolvimento produtivo em escala global, deve ter como finalidade a reversão do processo de desindustrialização, com a geração de trabalho decente e uma contribuição decisiva para a melhoria da qualidade de vida da população. Para isso, é imprescindível também o alinhamento ao Acordo de Paris e à Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas, com o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), focado especialmente na redução das vulnerabilidades econômicas, sociais e ambientais que marcam a realidade brasileira.

Também deve considerar como orientação para o reposicionamento da indústria nacional a PLADA/CSA (Plataforma de Desenvolvimento das Américas, da Confederação Sindical das Américas), que apresenta propostas para promover transformações progressivas na região, tendo o trabalho como centro de um modelo de desenvolvimento.

Desse modo, as propostas apresentadas neste documento se articulam com as seguintes orientações para a retomada da política industrial brasileira:

1. Gerar empregos de qualidade, com políticas que reduzam as desigualdades no mercado de trabalho;
2. Garantir um processo consistente de inovação e modernização tecnológica;
3. Atender a necessidades fundamentais da sociedade brasileira (missões);
4. Promover o readensamento e sofisticação das cadeias produtivas de valor;
5. Política industrial alinhada com a preservação do meio ambiente, com a transição justa para trabalhadores, trabalhadoras e comunidades afetadas;
6. Garantir transparência e controle social nas políticas públicas para a indústria;
7. Universalizar as políticas de educação e formação profissional com qualidade;
8. Promover o desenvolvimento industrial regional, o desenvolvimento dos pequenos negócios e o cooperativismo;

9. Políticas macroeconômicas e tributárias alinhadas ao desenvolvimento industrial e Estado articulador, Política externa soberana e que promova a indústria nacional.

Assim, na perspectiva da classe trabalhadora, é fundamental para a retomada da indústria nacional a construção de políticas e programas orientados pelas seguintes propostas:

Criação, articulação e sustentação da demanda

1. Atender às necessidades e demandas mais críticas da sociedade brasileira: a industrialização orientada por missões deverá se estruturar através do desenvolvimento voltado ao atendimento imediato de demandas essenciais da sociedade, como saúde; habitação; saneamento; mobilidade e acessibilidade; rede e conexão de internet; segurança alimentar; difusão de energias renováveis; e retomada das obras paradas na área de infraestrutura, dentre outras demandas.
2. Gerar empregos de qualidade: a retomada da indústria nacional precisa estar casada com a oferta de empregos de qualidade; repartição dos ganhos derivados do crescimento econômico resultante; acesso a empregos industriais de qualidade para segmentos populacionais historicamente excluídos; reversão dos altos índices de acidentes e doenças de trabalho na indústria; e fortalecimento da negociação coletiva e da liberdade sindical.
3. Garantir a soberania nacional através do investimento em setores industriais de áreas estratégicas, com a utilização dos instrumentos de compras públicas e encomendas tecnológicas. Destaca-se como estratégico para a soberania de países de grande população, a produção de alimentos, medicamentos e insumos médico-hospitalares, infraestruturas energéticas, de mobilidade e equipamentos públicos, e moradia.
4. Ocupar mercados compatíveis com o progressivo avanço das capacidades produtivas do país, articulando demandas interna e externa com a reorganização dos elos das principais cadeias industriais;
5. Reorganizar e qualificar as cadeias industriais de valor, elevando a participação da indústria nacional e reduzindo a dependência de importações industriais: esse movimento deve ser norteado pelo preenchimento de elos e atividades relevantes para o avanço da indústria brasileira nos estratos de maior complexidade tecnológica, tornando as cadeias produtivas mais amplas e gerando demandas intrassetoriais.
6. Retomar a política energética que garanta: a soberania nacional e a segurança energética nacional; o desenvolvimento econômico e social; as necessidades produtivas e também da população; o acesso à eletricidade de forma sustentável e acessível economicamente; os investimentos em energias renováveis, para uma transição energética justa, favorecendo maior eficiência energética e menor uso de combustíveis fósseis; com a participação da sociedade na definição de suas diretrizes e controle do Estado nesse setor estratégico. Isso inclui a reversão do desmonte e

privatização da Eletrobrás, que deve ter como pressuposto de sua atuação a indução ao desenvolvimento, visando a superação das desigualdades regionais e a valorização dos trabalhadores do setor.

7. Retomar a Petrobrás como empresa 100% pública, de modo a garantir a soberania energética e seu papel relevante como indutora do desenvolvimento nacional. Resgatar a Petrobrás como empresa integrada, com atuação em todos os estados a partir: do retorno dos investimentos em tecnologia, pesquisa e inovação; do aumento dos investimentos em tecnologias que ampliem o fator de recuperação dos campos maduros em terra e mar; da retomada da atuação da Petrobrás nos setores Petroquímico, Fertilizantes, Distribuição (BR Distribuidora), Gasodutos, Liquigás (GLP), Refino, Derivados do Xisto, Biocombustíveis, Energias renováveis e outros.
8. Sintonia entre política industrial, política macroeconômica e gestão tributária: o processo de retomada deve estar ancorado em arcabouço macroeconômico e tributário adequado ao desenvolvimento industrial, ao investimento produtivo e à inovação.

Fortalecimento produtivo, inovação e modernização tecnológica

9. Estruturar política nacional e programas setoriais de educação técnica e qualificação profissional permanentes ao longo da vida dos trabalhadores e trabalhadoras, em sintonia com a retomada industrial, as constantes inovações nos paradigmas tecnológicos e a elevação de qualidade dos empregos gerados: deve-se compatibilizar as políticas públicas de educação técnica e qualificação profissional, de forma a assegurar e expandir a participação de trabalhadores em ocupações de maior qualidade e complexidade na configuração de uma nova estrutura produtiva nacional. Para isso, é fundamental reorientar o papel do SENAI, articulando-o com a política nacional de educação profissional e tecnológica.
10. Ampliar os investimentos públicos no ensino técnico e superior, nas atividades de pesquisa e projetos de extensão direcionados prioritariamente ao atendimento das necessidades sociais presentes e futuras da população brasileira.
11. Reverter a persistente exclusão digital para garantir a produção e difusão do conhecimento de forma democrática e universalizar o acesso às ferramentas digitais por todos os brasileiros e brasileiras.
12. O Estado deve centralizar e organizar as políticas de tecnologia, inovação e crescimento, destinando recursos em escala suficiente para que efetivos avanços no campo tecnológico sejam incorporados à indústria nacional, com especial atenção ao setor de bens de capital por seu papel central na modernização tecnológica dos demais ramos industriais.
13. Apoiar e estimular o fomento à inovação e modernização tecnológica: a formulação e implementação das políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) deve ter como

foco o desenvolvimento de tecnologias orientadas à solução de problemas relevantes para o desenvolvimento nacional, por meio da articulação de empresas, trabalhadores, instituições, governos e universidades, através da reestruturação do Sistema Nacional de Inovação (SNI).

14. Estabelecer recompensas para estimular a relação risco-benefício oriunda do sistema de inovação, que devem ser articuladas coletivamente com a participação de empresários, trabalhadores e governos de modo a inverter a atual dinâmica pela qual os riscos são socializados com a sociedade enquanto os frutos são privatizados e pouco distribuídos coletivamente. Como exemplos, pode-se citar a criação de um Fundo de inovação nacional (financiado por royalties pagos para inovações financiadas pelo Estado); Compartilhamento de patentes; e empréstimos reembolsáveis e não-reembolsáveis com parâmetros adequados.
15. Estabelecer uma política industrial alinhada com a transição justa e com uma economia ambientalmente sustentável: orientar a retomada do crescimento industrial com os princípios de descarbonização de forma alinhada ao Acordo de Paris e à Agenda 2030, especialmente no que corresponde aos preceitos de indústria e infraestrutura sustentáveis, bem como do crescimento econômico fundamentado no trabalho decente.
16. Promover a indústria de logística reversa e a indústria de recicláveis em escala compatível com o consumo nacional e desenvolver soluções adequadas ao tratamento de resíduos industriais, além de medidas que reduzam a poluição nas cidades e no campo.
17. Fortalecer e ampliar as estruturas de apoio à indústria nacional, envolvendo assessoria técnica e tecnológica, apoio a exportadores, prospecção e suporte de novos mercados internacionais.
18. Garantir especial atenção ao fortalecimento das médias, pequenas e microempresas do setor industrial e de serviços especializados para a indústria, com a adoção de programas de crédito e financiamento através dos bancos públicos, assistência técnica, comercialização, exportação e formação profissional que considerem as especificidades e necessidades dessas empresas, além de medidas de transição para empresas que não atendam mais aos critérios do Simples Nacional.

Política tributária, de financiamento e de comércio exterior

19. Revisar os programas de incentivos tributários, preservando as ações estruturantes para a reindustrialização: os gastos tributários orientados para a atividade industrial devem passar por uma revisão orientada pelas diretrizes aqui expostas, visando à supressão dos incentivos incompatíveis com os princípios da retomada.
20. Estruturar política de financiamento adequada ao desafio de reindustrialização: o processo de retomada deve estar ancorado em instrumentos de crédito e

financiamento fortemente orientados para a expansão e a modernização de capacidades produtivas, o que inclui política ativa de garantia de crédito e expansão do mercado de capitais.

- 21.Revisão da modificação realizada em 2017 na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que passou a se chamar Taxa de Longo Prazo (TLP). Essa mudança fez com que um importante instrumento anticíclico, que é o crédito baseado em taxas de juros mais baixas e de menor volatilidade, se tornasse muito mais instável, estando sujeito às decisões da conjuntura e da política monetária, o que encarece os recursos e elimina o potencial que tem a política de crédito de contrabalancear situações sazonais, de instabilidade e de crise econômica.
- 22.Ampliar a utilização dos bancos públicos, em especial Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco de Desenvolvimento do Nordeste e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, de forma a aumentar a parcela de crédito ao segmento industrial, com taxas de juros compatíveis com as do BNDES, especialmente às médias, pequenas e microempresas industriais.
- 23.Alinhar a política externa para uma inserção soberana do Brasil no novo paradigma industrial, com políticas que aumentem de forma expressiva a exportação de bens industriais de maior valor agregado e que garantam o equilíbrio da balança comercial nesse segmento, e também retomando as ações de integração com países da América Latina e ações de cooperação sul-sul, combatendo assimetrias e promovendo a complementariedade produtiva.
- 24.Garantir uma política de comércio exterior pautada pelos princípios do comércio justo e pela utilização soberana dos recursos naturais, garantindo a ampliação do fluxo de comércio de bens e serviços de origem industrial e a proteção aos trabalhadores e trabalhadoras.

Gestão, metas e controle social

- 25.Garantir transparência, participação e controle social na formulação, implementação e monitoramento da política industrial e tecnológica: a política e os programas direcionados à retomada da indústria brasileira envolvem diferentes segmentos, regiões e atores sociais, sendo fundamental a reconstrução de espaços de discussão e de diálogo social que possibilitem que o desenvolvimento industrial seja concebido como projeto e desejo da sociedade.
- 26.Para a implantação do plano de revitalização da indústria, é da maior importância que sejam estabelecidos indicadores e metas correspondentes aos esforços priorizados pelas diretrizes e propostas aqui apresentadas. A elaboração de metas deve contemplar iniciativas de curto, médio e longo prazo, com prazos adequados e previsibilidade de realização, sendo especialmente necessário o estabelecimento de estratégias de curto prazo, em função da crise social e da estagnação econômica pela qual o país passa.

27. Construção de arranjos institucionais de debate e formulação para acompanhamento do plano e das metas a serem definidas:

- **Mesa Nacional da Indústria:** multipartite, com o objetivo principal de definir e rever a agenda estratégica nacional, além de promover debates, estudos e propostas de política industrial.
- **Conselhos de Competitividade Setoriais:** de caráter consultivo e composição multipartite (governo, empresários e trabalhadores), deverá assegurar compromissos com a geração de emprego, investimento e inovação.
- **Conselho Nacional de ensino profissional:** Criação do Conselho Nacional para acompanhar e aprimorar o ensino técnico profissional no Brasil, assim como elaborar diretrizes sobre o uso de recursos públicos no ensino profissional.
- **Criação de frente parlamentar** em apoio à retomada industrial enquanto estratégia imprescindível para o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável no Brasil.
- **Conselhos locais:** criar espaços multipartites que discutam mecanismos de capacitação e suporte à indústria no âmbito estadual, municipal, metropolitano e mesorregional.
- **Observatório Nacional da Indústria:** monitorar metas e indicadores a serem definidos e elaborar avaliações.

As propostas apresentadas neste documento são a contribuição dos trabalhadores e trabalhadoras para a transformação do quadro atual da indústria brasileira. O Brasil é um dos maiores países do planeta e tem um dos principais mercados consumidores do mundo. Somos mais de 210 milhões de brasileiros vivendo em um território rico em recursos naturais e de extraordinária biodiversidade. Nosso desafio atual é tornar o país líder mundial na produção sustentável de bens e serviços, gerando desenvolvimento econômico e social para o benefício de toda a população.